

|                    |   |                                     |                     |
|--------------------|---|-------------------------------------|---------------------|
| Órgão              | 10 – Fundo Municipal de Saúde Monte Carmelo                               |                                     |                     |
| Unidade            | 36 – Fundo Municipal de Saúde   |                                     |                     |
| Função de Governo  | 10 – Saúde  |                                     |                     |
| Sub-Função         | 301 – Atenção Básica  |                                     |                     |
| Programa           | 4005 – Saúde Integral e Humanizada para todos                             |                                     |                     |
| Projeto/Atividades | 2.0311 – Apoio Instituição Públicas e Privadas de Saúde                   |                                     |                     |
| Nat. de Despesa    | 3.3.71.70.00.00 – Rateio Pela Participação em Consórcio Público (Fic. 62) | Fonte Recursos: 102 Rec. Ordinários | Valor R\$ 52.800,00 |
| SUBTOTAL           |   |                                     | 52.800,00           |
| TOTAL GERAL R\$    |   |                                     | 102.300,00          |

**Art. 3º** - Fica autorizada a suplementação, se necessário, até o limite de 40% (quarenta por cento) do crédito ora aberto e incorporado ao orçamento vigente.

**Art. 4º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo - MG, 08 de abril de 2015.

**Fausto Reis Nogueira**  
*Prefeito Municipal*

**Vilson Vieira Borges**  
*Secretário Municipal de Governo*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**LEI Nº 1249 DE 08 DE ABRIL DE 2015.**

*“Revoga os arts. 2º e 3º das Leis n. 423 de 18 de novembro de 2002 e 475 de 17 de outubro de 2003 e dá outras providências.”*

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, APROVA a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Ficam revogados os arts. 2º e 3º da Lei Municipal n. 423, de 18 de novembro de 2002.

**Art. 2º** - Ficam revogados os arts. 2º e 3º da Lei Municipal n. 475, de 17 de outubro de 2003.

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo - MG, 08 de abril de 2015.

**Fausto Reis Nogueira**  
*Prefeito Municipal*

**Vilson Vieira Borges**  
*Secretário Municipal de Governo*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**EDITAL DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2015**

O Prefeito de Monte Carmelo, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar no dia **27 de abril de 2015 às 09h00min**, no Setor de Licitações, situado nesta cidade à Praça Getúlio Vargas, nº. 242, 2º Andar – Centro, perante Equipe para tal designado, Processo Licitatório n.º 016/2015, Pregão Presencial 009/2015 – Registro de Preços, do Tipo Maior Desconto por Tabela, visando à **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDIMENTO DE URGÊNCIA, EMERGÊNCIA E PROCESSOS JUDICIAIS**. Os interessados poderão procurar a Diretoria de Licitação, de 13h30min às 17h00min. Para obterem maiores informações ligue (34) 3842-5880. O edital encontra-se a disposição dos interessados no site [www.montecarmelo.mg.gov.br](http://www.montecarmelo.mg.gov.br) e no Setor de Licitações. Monte Carmelo, 10 de abril de 2015. Daniel Sant'Clair Barbosa Portes, Pregoeiro.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO**

Processo Licitatório n.º 011/2015 – Modalidade: Credenciamento e Chamamento 001/2015. Objeto: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANIMAÇÃO DE BAILES DA TERCEIRA IDADE, NOS CLUBES CONVIVER E CEAI, COM SOM AO VIVO E INSTRUMENTOS**

**MUSICAIS**. Partes: **Prefeitura Municipal de Monte Carmelo e Dirceu Evangelista Soares** – Valor: R\$7.200,00; **Epaminondas Pires da Silva** – Valor: R\$7.200,00; **Gildo César Gama** – Valor: R\$7.200,00; **Sebastião Jeoval de Oliveira** – Valor: R\$7.200,00; **Marli de Oliveira** – Valor: R\$6.750,00; **Jadir Vieira** – Valor: R\$6.750,00; **João Batista de Oliveira** – Valor: R\$7.200,00 e **Edmilson Florenço da Silva** – Valor: R\$6.750,00. Datado em: 20 de Março de 2015. DANIEL SANT'CLAIR BARBOSA PORTES, Presidente da Comissão Permanente de Licitações.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO**

A Secretaria Municipal de Fazenda torna pública a **Ratificação** do Processo Licitatório n.º 010/2015 – Modalidade: Dispensa n.º 002/2015 - Objeto: Aquisição de energia elétrica, para iluminação dos prédios públicos, dos logradouros, praças públicas e diversas secretaria e setores da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, no exercício de 2015, em prol da empresa: **CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.** – Valor: R\$1.670.000,00. Data: 06 de Março de 2015, Ricardo Martins Alves.

**EXTRATO DO CONTRATO**

Processo Licitatório: 010/2015 – Modalidade: Dispensa 002/2014 – Objeto: **AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, PARA ILUMINAÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS, DOS LOGRADOUROS, PRAÇAS PÚBLICAS E DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO, NO EXERCÍCIO DE 2015.** - Contratante: **Prefeitura Municipal de Monte Carmelo** - CNPJ: 18.593.103/0001-78. Contratada: **Cemig Distribuição S.A.** – CNPJ: 06.981.180/0001-16 – Valor: R\$1.670.000,00 - Prazo: 01/12/2015. Dotações Orçamentárias: 10.35.00.10.122.4001.2.0300.3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – Ficha 11, 10.36.00.10.302.4005.2.0319.3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – Ficha 97, 02.60.01.15.122.4001.2.0480.3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – Ficha 487, 02.08.00.27.122.4001.2.0460.3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – Ficha 121. - Data: 01 de dezembro de 2014, Fausto Reis Nogueira, Prefeitura Municipal de Monte Carmelo.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0190/2014**

Processo Licitatório nº 147/2014 – Tomada de Preço nº 09/2014 – Menor Preço Global. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA CIVIL PARA REFORMA DE PRÉDIO TOMBADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL**. Prefeitura Municipal de Monte Carmelo X **BRANDÃO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-EPP**. (ADITIVO VALOR R\$13.692,79 (TREZE MIL SEISCENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS E SETENTA E NOVE CENTAVOS), REFERENTE A SERVIÇOS COMPLEMENTARES DIVERSOS – GUARDA CORPO, REFLETORES, PINTURA PISO, PORTÃO FERRO, PISO CIMENTADO). Datado em 19/03/2015. DANIEL SANT CLAIR BARBOSA PORTES - Presidente da Comissão Permanente de

## EXPEDIENTE

### DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

[ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO](#)

[RESPONSÁVEL: PATRÍCIA MATIAS DIOGO](#)

[TELEFONE: \(34\)3842-5880 - RAMAL 303](#)

[ACESSE: \[www.montecarmelo.mg.gov.br\]\(http://www.montecarmelo.mg.gov.br\)](#)



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

**Órgão Oficial do Município**

**Dia 10 de Abril de 2015**  
**Lei nº 661 de 09 de abril de 2007**

**Ano IX**

**Nº 864**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**LEI Nº 1242 DE 25 DE MARÇO DE 2015.**

*“Altera a redação do artigo 2º da Lei 494 de 15 de março de 2004, alterada pela Lei 925 de 20 de abril de 2011.”*

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, APROVOU e o Prefeito Municipal SANCIONA a seguinte Lei:

**Art.1º** - Fica alterada a redação do Art. 2º da Lei nº 494, de 15 de março de 2004, que por sua vez foi alterada pela Lei 925, de 20 de Abril de 2011, e que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 2º - As Feiras itinerantes e o comércio ambulante, poderão ser realizados em áreas fechadas ao trânsito de veículos, em recintos fechados que não dificultem ou impeçam outras atividades ali existentes, desde que não comercializem produtos ou mercadorias encontradas nas prateleiras do comércio local e dependerão de licença prévia da Administração Municipal, observando-se o seguinte: [...]”*

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo - MG, 25 de Março de 2015.

**Fausto Reis Nogueira**  
*Prefeito Municipal*

**Vilson Vieira Borges**  
*Secretário Municipal de Governo*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**LEI Nº 1243 DE 25 DE MARÇO DE 2015.**

*“Altera a denominação da Rua “F” do Bairro Jardim Zeny II para Rua Waldercino Coelho Chaves - Sr. Nego.”*

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, APROVOU e o Prefeito Municipal SANCIONA a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica alterada a denominação da atual Rua “F”, do Bairro Jardim Zeny II, em Monte Carmelo, que passará a denominar-se Rua Waldercino Coelho Chaves, “Sr. Nego”.

**Art. 2º** - Fica a Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, através de seu departamento competente encarregada de fazer o emplantamento do novo nome da mencionada via pública, bem como comunicação à CEMIG; Correios; DMAE e órgãos correlatos.

**Art. 3º** - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo - MG, 25 de Março de 2015.

**Fausto Reis Nogueira**  
*Prefeito Municipal*

**Vilson Vieira Borges**  
*Secretário Municipal de Governo*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**LEI Nº 1244 DE 08 DE ABRIL DE 2015.**

*“Autoriza a abertura de Crédito Especial para Construção da Farmácia de Minas, Resolução Secretaria de Estado da Saúde nº*

*3727 de 30/04/2013 e Município de Monte Carmelo, na forma que especifica e dá outras providências.”*

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, APROVA a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial, na contabilidade do Fundo Municipal de Saúde, no decorrer da execução orçamentária de 2015, no valor de até R\$ 310.000,00 (Trezentos e dez mil reais), visando à criação de novas dotações orçamentárias, conforme segue abaixo:

|                    |   |                     |                      |
|--------------------|---|---------------------|----------------------|
| Órgão              | 10 – Fundo Municipal de Saúde                 |                     |                      |
| Unidade            | 36 – Fundo Municipal de Saúde                 |                     |                      |
| Função de Governo  | 10 – Saúde                                    |                     |                      |
| Sub-Função         | 301 – Atenção Básica                          |                     |                      |
| Programa           | 4005 – Saúde Integral e Humanizada para Todos |                     |                      |
| Projeto/Atividades | 1.0159– Construção da Farmácia de Minas       |                     |                      |
| Nat. de Despesa    | 4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações         | Fonte Recursos: 155 | Valor R\$ 310.000,00 |
| TOTAL GERAL        |   |                     | R\$ 310.000,00       |

**Art. 2º** - Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei, serão utilizados como fonte de recursos a anulação parcial e/ou total do orçamento vigente, conforme detalhado abaixo:

|                    |   |                     |                |
|--------------------|---|---------------------|----------------|
| Órgão              | 10 – Fundo Municipal de Saúde   |                     |                |
| Unidade            | 36 – Fundo Municipal de Saúde   |                     |                |
| Função de Governo  | 10 – Saúde  |                     |                |
| Sub-Função         | 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial                                 |                     |                |
| Programa           | 4005 – Saúde Integral e Humanizada para Todos                               |                     |                |
| Projeto/Atividades | 2.0319 – Promoção à Assistência Hospitalar, Ambulatorial e Especial         |                     |                |
| Nat. de Despesa    | 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (Ficha 97) | Fonte Recursos: 155 | R\$ 310.000,00 |
| TOTAL GERAL        |   |                     | R\$ 310.000,00 |

**Art. 3º** - Fica incluso no Programa 4005 – Saúde Integral e Humanizada para todos, eficiência e transparência, no PPA do Município de Monte Carmelo para 2014-2017 as ações orçamentárias (Projetos/Atividades) citadas no art. 1º desta lei conforme determina no art. 3º da Lei n.º 1.136/2013 de 20 de dezembro de 2013.

**Art. 4º** - Fica o Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2014, Lei Municipal nº 1192 de 25 de junho de 2014, os seguintes Projeto/Atividades: **1.0159 – Construção da Farmácia de Minas.**

**Art. 5º** - Fica autorizada a Suplementação, se necessário, até o limite de 40% (quarenta por cento) do crédito ora aberto e incorporado ao orçamento vigente.

**Art. 6º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo - MG, 08 de abril de 2015.

**Fausto Reis Nogueira**  
*Prefeito Municipal*

**Vilson Vieira Borges**  
*Secretário Municipal de Governo*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**LEI Nº 1245 DE 08 DE ABRIL DE 2015.**

*“Autoriza o Município de Monte Carmelo a extinguir os créditos tributários e valores decorrentes da aplicação de multas por infração à legislação municipal, por meio da dação em pagamento de bem*



*imóvel e dá outras providências.”*

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, APROVA a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Os créditos tributários e valores decorrentes da aplicação de multas por infração à legislação municipal, inscritos em Dívida Ativa, poderão ser extintos por meio da dação em pagamento de bens imóveis.

**Art. 2º** - Em qualquer fase do processo administrativo ou judicial e havendo interesse da Administração Pública, ante a manifesta possibilidade de o devedor extinguir o crédito de qualquer natureza e com prévia e expressa autorização, admite-se a extinção parcial ou integralmente, mediante dação em pagamento, atendido os seguintes requisitos:

I – Os imóveis ofertados deverão estar livres e desembaraçados, não sujeitos a qualquer gravame ou execução por dívidas fiscais ou trabalhistas já constituídas na época da dação; e não podem ser o único imóvel do contribuinte utilizado para fins de residência própria;

II – Laudo de Avaliação, emitido por engenheiro civil ou corretor de imóvel, devidamente registrado no CREA ou CRECI, respectivamente;

III – Os bens imóveis ofertados em pagamento devem ser, previamente, avaliados pela Comissão de Avaliação dos Bens Imóveis do Município;

IV – A dação em pagamento somente produzirá pleno efeito após seu registro no competente Cartório de Registro de Imóveis;

V – Na hipótese de créditos tributários já ajuzados, a dação em pagamento será lavrada nos autos do processo, em termo próprio, assinada pelo doador e pelo donatário, e homologada pelo Juiz competente;

VI – Que o bem imóvel seja de interesse do Município;

VII – O pedido de dação em pagamento não gera direito à sua realização, assim como não suspende a exigibilidade do crédito fiscal nem interrompe a fluência dos acréscimos previstos na legislação aplicável;

VIII – A dação em pagamento, administrativa ou judicial, importa confissão irretratável da dívida e da responsabilidade tributária, com renúncia expressa a qualquer revisão ou recurso;

IX – Aplica-se à dação em pagamento aceito pelo Poder Executivo Municipal a disposição contida no Código Civil;

**Art. 3º** - A dação de pagamento somente será efetiva após a aceitação expressa da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, observados o real interesse público, a conveniência administrativa e os critérios e condições estabelecidos nesta Lei e demais normas legais.

**Art. 4º** - A dação somente poderá ocorrer quando observados os seguintes critérios:

I – quando a dívida do contribuinte for de valor maior do que o do imóvel, o devedor pagará à vista a diferença ou efetuará o pagamento de forma parcelada, obedecendo a legislação municipal;

II – valor da avaliação do imóvel for igual ao valor da dívida.

**Art. 5º** - A dação em pagamento somente produzirá efeitos depois de formalizado o registro da propriedade na matrícula do imóvel perante o Cartório Registro de imóveis competente.

§1º - As despesas e tributos relativos à transferência do imóvel dado em pagamento serão suportados pelo devedor, assim como, se houver as despesas decorrentes da avaliação do imóvel.

§ 2º - A dação em pagamento estará condicionada ao recolhimento, em dinheiro e em uma única vez, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, contados da lavratura da Escritura Pública da Dação em Pagamento e do Termo de Dação em Pagamento, da importância correspondente a eventuais custas e demais despesas judiciais, inclusive honorários de peritos se houver.

**Art. 6º** - Encontrando-se os créditos tributários, objeto de extinção por dação em pagamento, em curso de cobrança judicial, caberá à Procuradoria Geral do Município, somente depois de verificado o ingresso do bem ao patrimônio do Município, solicitar ao respectivo Juízo a extinção do feito.

**Art. 7º** - A avaliação do bem objeto de dação em pagamento ficará a cargo da Comissão Municipal de Avaliação dos Bens Imóveis do Município, facultada a contratação de entidade especializada.

**Art. 8º** - Ficarà caracterizada desistência da dação em pagamento quando o devedor

I – Recusar o valor da avaliação do imóvel;

II – Não promoverá os atos e diligências que são de sua competência por mais de trinta dias.

**Art. 9º** - Esta lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Monte Carmelo - MG, 08 de abril de 2015.



Fausto Reis Nogueira  
Prefeito Municipal

Vilson Vieira Borges  
Secretário Municipal de Governo

PREFEITURA MUNICIPAL DE

MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1246 DE 08 DE ABRIL DE 2015.

*“Autoriza a compensação de débitos e créditos entre o Município Monte Carmelo e os Contribuintes e dá outras providências.”*

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, APROVA a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder ao encontro de contras entre o Município e os contribuintes, para a extinção de créditos tributários e fiscais, nos termos do inciso II, do art. 156, da Lei nº 5.172/66 – CTN, e arts. 368 e 369 do Código Civil Brasileiro, de 10 de janeiro de 2002.

§1º Será admitida a compensação de créditos do sujeito passivo perante a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano – Setor Tributação – decorrentes de restituição ou ressarcimento de valores líquidos e certos, com seus débitos tributários relativos a quaisquer tributos ou contribuições de competência do Município, vencidos ou vincendos, ainda que não sejam da mesma espécie, respeitando o disposto no artigo 170-A do Código Tributário Nacional.

§2º A compensação será efetuada pela Secretaria de Municipal de Planejamento Urbano, de ofício, mediante despacho do Secretário.

**Art. 2º** - O sujeito passivo que pleitear a restituição ou ressarcimento de tributos ou contribuições poderá solicitar a Secretaria de Municipal de Planejamento Urbano que efetue a compensação do valor do seu crédito com o débito de sua responsabilidade.

**Art. 3º** - A Secretaria de Municipal de Planejamento Urbano, ao reconhecer o direito do sujeito passivo para restituição ou ressarcimento de tributo ou contribuição, mediante exame fiscal específico para cada caso e também verificando a existência de débitos do requerente, compensará os dois valores.

Parágrafo Único. Na compensação será observado o seguinte:

I – o valor bruto da restituição ou do ressarcimento será debitado à conta do tributo ou da contribuição respectiva;

II – o montante utilizado para a quitação de débito será creditado à conta do tributo ou da contribuição devida;

**Art. 4º** - Quando o montante da restituição ou do ressarcimento for superior ao do débito, a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano efetuará pagamento da diferença ao sujeito passivo.

**Parágrafo Único.** Caso a quantia a ser restituída ou ressarcida seja inferior aos valores dos débitos do Contribuinte, o correspondente crédito tributário será extinto no montante equivalente à compensação e o restante poderá ser parcelado ou pago à vista.

**Art. 5º** - A Secretaria Municipal de Planejamento Urbano deverá observar o seguinte ao efetuar a compensação:

I – Certificará:

No processo de restituição ou ressarcimento, qual o valor utilizado na quitação de débitos e, se for o caso, o valor do saldo a ser restituído ou ressarcido;

No processo de cobrança, qual o montante extinto pela compensação e, sendo o caso, o valor do saldo remanescente do débito;

II – Emitirá documento comprobatório de compensação, que indicará todos os dados relativos ao sujeito passivo e aos tributos e contribuições objeto da compensação necessários para o registro do crédito e do débito de que trata o parágrafo único do artigo 3º;

III – Expedirá parecer, na hipótese de saldo a restituir ou ressarcir, e fará a emissão da guia para a quitação, no caso de saldo do débito;

IV – Efetuará os ajustes necessários nos dados e informações dos controles internos do contribuinte.

**Art. 6º** - Na compensação feita de ofício será verificada se o titular do direito à restituição ou ao ressarcimento tem débito vencido relativo a qualquer tributo ou contribuição para com a municipalidade.

§1º A Compensação de ofício será precedida de despacho ao sujeito passivo para que se manifeste sobre o procedimento, no prazo de 05(cinco) dias, sendo o seu silêncio considerado como aquiescência.

§2º Havendo concordância do sujeito passivo, a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano efetuará a compensação, com observância do procedimento estabelecido no art.5º.

§3º No caso de discordância do sujeito passivo, a Secretaria Municipal

de Planejamento Urbano reterá o valor da restituição ou do ressarcimento até que o débito seja liquidado.

**Art. 7º** - Após procedida a compensação de dívidas, ficará a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano autorizada, expressamente, a efetuar a quitação dos tributos no limite da compensação, extinguindo-se, assim, as obrigações recíprocas do Município e do contribuinte.

**Art. 8º** - Revoga-se a Lei Municipal nº 1.086 de 28 de junho de 2013.

**Art. 9º** - Esta lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Monte Carmelo - MG, 08 de abril de 2015.



Fausto Reis Nogueira  
Prefeito Municipal

Vilson Vieira Borges  
Secretário Municipal de Governo

PREFEITURA MUNICIPAL DE

MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1247 DE 08 DE ABRIL DE 2015.

*“Institui no Município de Monte Carmelo o PROGRAMA EM DIA COM MONTE CARMELO”*

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, APROVA a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica instituído no Município de Monte Carmelo, o “PROGRAMA EM DIA COM MONTE CARMELO” com o objetivo de conceder incentivos para pagamento de débitos em atraso inscritos ou não na dívida ativa.

Parágrafo único. Os créditos com direito a incentivos serão aqueles cujos fatos geradores ocorreram até 31 de dezembro de 2014.

**Art. 2º** - O contribuinte terá direito a incentivos observando as especificações abaixo:

I – débitos em dívida corrente será admitido o pagamento à vista:

a) redução de 100% (cem por cento) de juros, multas moratórias e correção monetária.

b) redução de 100% (cem por cento) do valor da multa de ação fiscal aplicada nas Notificações de Lançamento do ISSQN.

II – débitos inscritos em dívida ativa até 01/01/2015:

a) Pagamento à vista:

a.1) redução de 100% (cem por cento) de juros, multas moratórias e correção monetária.

a.2) redução de 100% (cem por cento) do valor da multa de ação fiscal aplicada nas Notificações de Lançamento do ISSQN.

b) Pagamento parcelado em até 06 (seis) parcelas iguais e sucessivas:

b.1) redução de 90% (noventa por cento) de juros, multas moratórias e correção monetária.

b.2) Redução de 90% (noventa por cento) do valor da multa de ação fiscal aplicada nas Notificações de Lançamento do ISSQN.

§ 1º - Os contribuintes poderão aderir ao programa de incentivos até o dia 29 de junho de 2015.

§ 2º - O vencimento das guias à vista não poderão ultrapassar o dia 30 de julho de 2015 e o vencimento das parcelas dos contratos de parcelamentos não poderão ultrapassar o dia 30 de dezembro de 2015.

§3º - Fica vedada a prorrogação do prazo previsto nos parágrafos acima.

§4º - Em relação às autuações fiscais, será admitida quitação somente pela autuação, para os contratos de parcelamento, somente será admitida a quitação por saldo de parcelamento, e para os débitos ajuzados, somente a quitação pelo total do processo.

§5º - As parcelas relativas aos contratos de parcelamento decorrentes desta lei não poderão ser inferiores a 5 (cinco) UFMs.

**Art. 3º** - Poderão gozar dos incentivos desta lei os valores decorrentes de contratos de parcelamentos, desde que o saldo do parcelamento seja quitado à vista e cujos fatos geradores se enquadrem no parágrafo único, do Art. 1º.

**Art. 4º** - A falta de pagamento no prazo especificado nesta lei acarretará a perda imediata dos benefícios previstos em relação ao saldo devedor, com o restauração das deduções eventualmente concedidas.

**Art. 5º** - Os contribuintes que estiverem em cobrança judicial somente poderão enquadrar-se na alínea a, inciso II do Art. 2º, devendo efetuar o pagamento à vista.

§1º Os contribuintes que possuírem créditos em cobrança ou discussão judicial somente poderão aderir ao programa com a desistência da ação judicial e pagamento das custas processuais cobrados pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

**Art. 6º** - A adesão aos incentivos nos termos dos artigos anteriores importará em expressa renúncia a qualquer defesa ou recursos, administrativos ou judiciais do débito pago.

**Art. 7º** - É vedada qualquer revisão ou restituição aos valores já quitados.

**Art. 8º** - Esta lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Monte Carmelo - MG, 08 de abril de 2015.



Fausto Reis Nogueira  
Prefeito Municipal

Vilson Vieira Borges  
Secretário Municipal de Governo

PREFEITURA MUNICIPAL DE

MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1248 DE 08 DE ABRIL DE 2015.

*“Autoriza o Município de Monte Carmelo a conceder subvenção social à Associação dos Deficientes de Monte Carmelo – ADEMC, na abertura de crédito especial para a dotação orçamentária, na forma que especifica e dá outras providências.”*

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, APROVA a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção social, abrir via Decreto, crédito adicional de natureza especial, na contabilidade do Município de Monte Carmelo, no decorrer da execução orçamentária de 2015 a conceder à ADEMC – Associação de Deficientes de Monte Carmelo CNPJ nº 22.229.389/0001-84, no valor de R\$ 102.300,00 (Cento e dois mil e trezentos reais), visando a realizar o transporte em veículo adaptado dos alunos com deficiência e dos pacientes com necessidades especiais e acamados, na dotação orçamentária, conforme segue abaixo:

|                    |   |                               |                     |
|--------------------|---|-------------------------------|---------------------|
| Órgão              | 02 – Poder Executivo                                      |                               |                     |
| Unidade            | 25 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura           |                               |                     |
| Subunidade         | 02 – FUNDEB – Fundo Nacional Desenv. Educação Básica      |                               |                     |
| Função de Governo  | 12 – Educação   |                               |                     |
| Sub-Função         | 361 – Ensino Fundamental                                  |                               |                     |
| Programa           | 4010 – Educação Básica com Qualidade para todos           |                               |                     |
| Projeto/Atividades | 2.0241– Apoiar Instituições Privadas de Educação Especial |                               |                     |
| Nat. de Despesa    | 3.3.50.43.00.00   | Fonte                         | Valor R\$ 49.500,00 |
|                    | – Subvenção Social (Fic. 208)                             | Recursos: 100 Rec. Ordinários |                     |
| SUBTOTAL           |   |                               | 49.500,00           |

|                    |   |                               |                     |
|--------------------|---|-------------------------------|---------------------|
| Órgão              | 10 – Fundo Municipal de Saúde Monte Carmelo             |                               |                     |
| Unidade            | 36 – Fundo Municipal de Saúde                           |                               |                     |
| Função de Governo  | 10 – Saúde  |                               |                     |
| Sub-Função         | 301 – Atenção Básica                                    |                               |                     |
| Programa           | 4005 – Saúde Integral e Humanizada para todos           |                               |                     |
| Projeto/Atividades | 2.0311 – Apoio Instituição Públicas e Privadas de Saúde |                               |                     |
| Nat. de Despesa    | 3.3.50.43.00.00   | Fonte                         | Valor R\$ 52.800,00 |
|                    | – Subvenção Social                                      | Recursos: 102 Rec. Ordinários |                     |
| SUBTOTAL           |   |                               | 52.800,00           |
| TOTAL GERAL R\$    |   |                               | 102.300,00          |

**Parágrafo único.** O recurso somente poderá ser utilizado para as despesas decorrentes da autorização concedida no artigo anterior.

**Art. 2º** - Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei será utilizado como fonte de recurso a anulação parcial e/ou total do orçamento vigente, conforme detalhado abaixo:

|                    |   |                               |                     |
|--------------------|---|-------------------------------|---------------------|
| Órgão              | 02 – Poder Executivo                                      |                               |                     |
| Unidade            | 25 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura           |                               |                     |
| Subunidade         | 02 – FUNDEB – Fundo Nacional Desenv. Educação Básica      |                               |                     |
| Função de Governo  | 12 – Educação   |                               |                     |
| Sub-Função         | 361 – Ensino Fundamental                                  |                               |                     |
| Programa           | 4010 – Educação Básica com Qualidade para todos           |                               |                     |
| Projeto/Atividades | 2.0241– Apoiar Instituições Privadas de Educação Especial |                               |                     |
| Nat. de Despesa    | 3.3.50.41.00.00   | Fonte                         | Valor R\$ 49.500,00 |
|                    | – Contribuições (Fic.207                                  | Recursos: 100 Rec. Ordinários |                     |
| TOTAL GERAL R\$    |   |                               | 49.500,00           |